

PROPOSTA DE LEI N.º 49/XII

PROCEDE À TERCEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 66/2008, DE 9 DE ABRIL, ALTERADO PELAS LEIS N.ºs 50/2008, DE 27 DE AGOSTO E 21/2011, DE 20 DE MAIO, QUE “REGULA A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO DE MOBILIDADE SOCIAL AOS CIDADÃOS BENEFICIÁRIOS, NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS AÉREOS E ENTRE O CONTINENTE E A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA”

O Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de abril, posteriormente alterado pelas Leis n.ºs 50/2008, de 27 de agosto e 21/2011, de 20 de maio, que implementou um novo modelo de auxílios aos passageiros residentes e estudantes assente na liberalização das tarifas aéreas, pôs fim às obrigações de serviço público, que vigorava relativamente aos serviços aéreos regulares entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira, mas não retirou a responsabilidade e o dever, por parte do Estado, de assegurar e cumprir as suas obrigações constitucionais em matéria dos custos de insularidade para com os portugueses da Região Autónoma da Madeira.

Decorridos mais de três anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de abril, constata-se que o regime da liberalização veio proporcionar preços variáveis nas tarifas e possibilitar a entrada de outras companhias aéreas, trazendo vantagens para o turismo e a economia regional.

No entanto, importa aperfeiçoar a atual lei, pela necessidade de acautelar, convenientemente, a situação específica de mobilidade de alguns beneficiários com necessidades excecionais, perante o atual cenário de aumento do valor das tarifas médias das viagens aéreas. Em causa, estão os estudantes que frequentam estabelecimentos de ensino fora da Região Autónoma da Madeira, uma vez que as suas deslocações ocorrem nas interrupções do calendário escolar, coincidindo com as chamadas épocas altas de Natal, Páscoa e Verão, onde a procura é muito maior e os preços das viagens são muito mais elevados, o que torna a situação inoportuna para os orçamentos familiares.

Para além dos estudantes, os cidadãos que por motivos de saúde se deparam com a necessidade de deslocação ao continente português, não podendo prever a situação com antecedência suficiente para gerir a escolha de uma tarifa mais adequada à sua situação económica, ficam sujeitos a pagar tarifas elevadas, o que nalguns casos inviabiliza essa deslocação, com prejuízo grave para o cidadão.

Neste contexto, considera-se ser da máxima necessidade a actualização do regime, no sentido de introduzir uma solução mais justa para as situações de mobilidade específica dos passageiros estudantes e dos passageiros residentes e residentes equiparados que por motivos de acesso a cuidados de saúde têm necessidade de deslocação, extensível neste caso, aos seus acompanhantes.

A solução preconizada consiste num apoio aos passageiros em causa, que garanta um encargo máximo de duzentos euros, após a dedução do valor do subsídio de mobilidade social, por viagem de ida e volta, para um número limitado de três viagens por ano.

Assim:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 227º da Constituição e da alínea b) do nº 1 do artigo 37º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei nº 31/91, de 5 de junho, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 130/99, de 21 de agosto, e 12/2000, de 21 de junho, apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

Artigo 1º

Alteração ao Decreto-lei nº 66/2008, de 9 de abril

São alterados os artigos 2º, 4º e 7º do Decreto-Lei nº 66/2008 de 9 de abril, alterado pela Leis nºs 50/2008, de 27 de agosto e 21/2011, de 20 de maio, passando a ter a seguinte redação:

«Artigo 2º

(...)

.....:

- a)
- i)
- ii) Frequência efetiva de qualquer nível de ensino oficial ou equivalente, incluindo pós-graduação, realização de mestrados ou doutoramentos, em instituições públicas, particulares ou cooperativas; e
- iii) Com última residência habitual em local distinto daquele onde estudam, em qualquer parte do território Português, noutro Estado membro da União Europeia ou em qualquer outro Estado com o qual Portugal ou a União Europeia tenham celebrado um acordo relativo à livre circulação de pessoas.
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)

Artigo 4º
Subsídio

1 - O subsídio a atribuir ao beneficiário reporta-se ao pagamento e utilização efetiva dos títulos de transporte por este, assumindo a modalidade de pagamento de um valor fixo, sem prejuízo do subsídio complementar.

2 -

3 -

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é atribuído um subsídio complementar por cada viagem de ida e volta, por forma a garantir ao passageiro um encargo máximo de duzentos euros, após a dedução do valor do subsídio de mobilidade social, em vigor, para um número limitado de três viagens por ano, destinando-se:

- a) Aos passageiros estudantes;
- b) Aos beneficiários abrangidos pelo presente diploma, que tenham necessidade de deslocação por motivos comprovados de acesso a cuidados de saúde, incluindo os seus acompanhantes.

5 - Para efeitos do número anterior, os beneficiários que realizem as deslocações aéreas com início e/ou fim no Porto Santo beneficiam em condições de igualdade dos apoios previstos, considerando-se o somatório das tarifas aéreas.

Artigo 7º
Documento comprovativo da elegibilidade

1 -

2 -

3 -

4 -

5 -

6 - Os beneficiários do apoio previsto na alínea b) nº 4 do artigo 4º devem exhibir documento comprovativo.»

Artigo 2º
Regulamentação

O Governo regulamenta a presente lei no prazo de 90 dias após a sua publicação.

Artigo 3º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor com a publicação do Orçamento de Estado para 2013.

Aprovada em Sessão Plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira,
em 1 de março de 2012.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,

José Miguel Jardim Olival de Mendonça

NOTA JUSTIFICATIVA

- A) Sumário a publicar:** Terceira alteração ao Decreto-lei nº 66/2008, de 9 de abril, alterado pelas Leis nºs 50/2008, de 27 de agosto e 21/2011, de 20 de maio “que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiário no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira”.
- B) Enquadramento Jurídico:** O presente diploma procede à terceira alteração do Decreto-lei nº 66/2008, de 9 de abril, “que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira”.
- C) Síntese do conteúdo da matéria objeto da iniciativa:** A iniciativa consiste na consagração da garantia de mobilidade ao passageiro estudante, ao passageiro residente e ao residente equiparado que se desloca por questões de acesso a cuidados de saúde, e seus acompanhantes, atendendo à necessidade de acautelar, convenientemente, a questão da mobilidade destes beneficiários com necessidades excecionais, perante atual cenário de aumento do valor das tarifas médias das viagens aéreas.
- D) Razões que aconselham a alteração da situação existente:** A alteração ao regime jurídico tem por base a salvaguarda de dois princípios basilares consagrados na Constituição, nomeadamente o princípio da continuidade territorial e o princípio da solidariedade.
- E) Necessidade da forma proposta:** Impõe-se um diploma com o mesmo valor hierárquico normativo.
- F) Avaliação sumária dos meios financeiros envolvidos na respetiva execução a curto e médio prazo:** Do presente diploma resultam novos encargos financeiros diretos a assumir na próxima lei do Orçamento de Estado.